

## **OBRAS DE CONSOLIDAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO LOURENÇO MÁRTIR**

**Brilhante Wolle, A.**

Universidade Federal de Santa Maria, Avenida Roraima, nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria – RS. CEP: 97105-900. Brasil. E-mail: albwolle@hotmail.com

### **RESUMO**

O Declarado como Patrimônio Nacional em 1970, juntamente com os Sítios de São João Batista e São Nicolau, São Lourenço Mártir está localizado a aproximadamente 27 quilômetros da cidade de São Luis Gonzaga (RS).

Com o principal objetivo de reverter o processo de degradação, ao qual o Sítio Arqueológico de São Lourenço está submetido, as obras de consolidação de suas estruturas remanescentes fazem parte de um amplo projeto multidisciplinar, que visa à preservação e valorização do legado Missioneiro. O projeto, desenvolvido até o momento em duas etapas, é baseado em critérios internacionais de intervenção, elaborado e coordenado pelo Escritório Técnico Missões, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com financiamento do Governo Federal Brasileiro através do Ministério da Cultura.

Pertencente a segunda fase de atuação da Companhia de Jesus no atual estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1682 até 1768, São Lourenço Mártir fazia parte dos povos pertencentes a banda oriental do rio Uruguai e pode ser considerada, de acordo com a sua data de fundação (1690), como a quinta redução estabelecida no atual território Brasileiro. A primeira aqui fundada nesse período foi São Francisco de Borgia, no atual Município de São Borja. Posteriormente veio São Luis Gonzaga, São Miguel Arcanjo, São Nicolau, São Lourenço Mártir, São João Batista e, por fim, Santo Ângelo Custódio.

Ao todo, a região missioneira ao sul da América Latina foi composta de trinta Reduções distribuídas entre o Paraguai (8), Argentina (15) e Brasil (7); além das Vacarias, locais onde o gado era criado selvagem sem interferências (como reserva para abastecimento), e as Estâncias, onde era feito o constante manejo e aparte do rebanho bovino.

Este conjunto de influência missioneira desenvolveu-se na área denominada como a "antiga Província do Paraguai, abrangendo mais de 700.000 Km<sup>2</sup> formados pelas missões de Itati, Guairá, Paraguai e Uruguai, em terras pertencentes atualmente à Bolívia, Paraguai, Argentina, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul". (Flores, 1983, P.20)

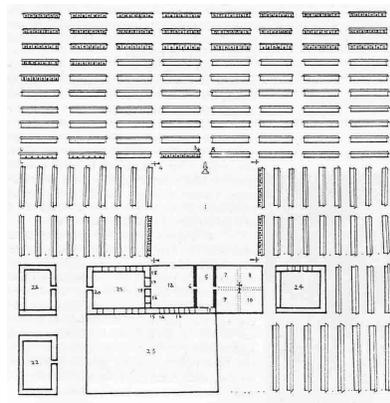


**Figura 1. Mapa de Sanson d’Abeville, 1656, demarcação da antiga Província do Paraguai. Fonte: FLORES, Moacyr. “Colonialismo e Missões Jesuíticas”, P.20.**

A redução de São Lourenço Mártir foi fundada sob a orientação do padre jesuíta Bernardo de La Vega e com o auxílio de 3.512 índios guarani, oriundos da redução de Santa Maria la Mayor, no atual território argentino, em virtude do excesso populacional em que se encontrava com mais de seis mil habitantes. Esta prática de transmigração, além de resolver o problema populacional de algumas reduções, servia para dar continuidade ao propósito de conversão dos infieis e indiretamente ampliar e firmar o domínio estabelecido pelo colonialismo espanhol.

Inicialmente, o processo de instalação da redução provavelmente seguiu o método aplicado às demais, com a escolha do sítio e delimitação das terras, construção de cabanas improvisadas e o preparo das primeiras roças; definição dos locais onde deveriam ser aos poucos construídas as dependências da igreja, cemitério, oficinas, cabildo, casas dos índios. Deveria ocorrer, também, a conversão de índios que eventualmente habitassem as proximidades da região em que os catequizados e catequizadores se instalavam. Todas as reduções procuravam obedecer ao modelo de organização do Plano Geral das Índias, estipulado pela Coroa Espanhola, configurado de um traçado rígido e um padrão de implantação tendo sempre como foco principal a igreja, guardadas as particularidades de cada sítio e as necessidades do novo povoado.

Nesse sistema de organização urbana, as reduções configuravam-se da seguinte forma:



**Figura 02. Modelo urbanístico de organização das missões. Fonte: MAEDER, Ernesto e GUTIERREZ, Ramon. “Pueblos de Indios y Misiones Jesuíticas”. P. 21**

Desenvolviam-se em torno de uma grande praça central, utilizada para comemorações, exercícios militares e cerimônias religiosas; localizados geralmente no lado sul da praça, estavam à Igreja, possuindo de um lado o Cemitério, e o Cotiguaçu (local onde eram abrigados os desamparados e as viúvas sobre os cuidados da Madre Superiora) e do outro, o Colégio dos Padres e as Oficinas, ambos edificadas em torno de pátios centrais circundados por alpendres. Atrás destas instalações encontravam-se os pomares e hortas, sob a denominação de Quinta. Nos demais lados da grande praça situavam-se as casas dos índios, com um formato retangular e telhado provavelmente de quatro águas, protegidas por um grande alpendre e subdivididas em várias peças abrigando, cada uma, uma família.

Decorridos dezessete anos, após a sua fundação, São Lourenço já contava com uma população de 4.519 habitantes, e em 1732 chegou a abrigar aproximadamente 6.513 almas missionárias atingindo seu momento de maior importância.

Como as demais reduções, possuía auto-suficiência econômica e autonomia administrativa e mantinha um intenso comércio com outras reduções e centros comerciais para aquisição de produtos que lhes faltassem ou não fossem possíveis de cultivar.

O início do declínio dos povos missioneiros, em território brasileiro, deu-se em decorrência da assinatura do Tratado de Madri entre Portugal e Espanha, em 1750, o qual determinava a troca das terras pertencentes aos Jesuítas, do lado oriental das margens do Rio Uruguai, com a Colônia do Santíssimo Sacramento, de domínio português situada na bacia do Rio da Prata. Este fato gerou protestos e tentativas infrutíferas de reverter tais determinações, por partes dos jesuítas e guarani catequizados. Como última opção, após uma série de desventurados conflitos internos e externos, os guarani organizaram-se para resistir à desocupação, dando início a denominada Guerra Guaranítica.

Sem condições de resistir ao exército português e espanhol que, uniram-se para executar o cumprimento do Tratado de Madri, os Guarani missionários foram praticamente dizimados (mais de 1.500) e as povoações destruídas parcialmente pelos próprios índios que não queriam abandoná-las.

Ocupações posteriores e reconstruções parciais das antigas reduções são fatos que certamente ocorreram, na medida em que algumas delas deram suporte à origem de povoados que se desenvolviam nas proximidades, entretanto, outras provavelmente ficaram a mercê do tempo e do abandono.

A dilapidação do que restou do patrimônio Jesuítico Guarani tornou-se uma constante através dos tempos, sendo que os mais diversos materiais construtivos, que compunham as reduções, foram retirados para aproveitamento em outras instalações. Esta prática foi, e é, corriqueira no mundo todo, desde a antiguidade até o desenvolvimento das novas civilizações, devido ao estado "semi-pronto" dos elementos que iriam compor novas estruturas, ou ainda pelo valor comercial que tais objetos possuíam as mais diversas finalidades. Exemplo disso é a existência de pedras pertencentes às reduções nas edificações mais antigas, na região dos sítios. Outro fato evidenciado, durante a pesquisa histórica, é a venda de pedras dos sítios por parte dos órgãos públicos, como mostram os registros de leis orçamentárias de 1902 a 1937, encontrados no Arquivo Público de Santo Ângelo.

## **Caracterização do Sítio**





**Figura 04. Parede dupla com moldura de arenito e pedras em “cunha”, na face interna.**  
**Fonte: Wolle. A., 2004.**

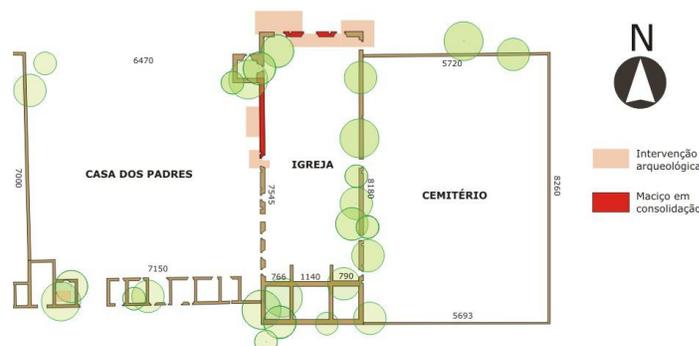
### Processo de Consolidação

As atividades de consolidação seguindo critérios internacionais de intervenção, estabelecidos pelo Escritório Técnico Missões, do IPHAN, e complementados pelo Programa Missões Guarani através do World Monuments Funds (WMF), tiveram início em 2000 contando com uma equipe multidisciplinar em arquitetura, arqueologia e história. Esses trabalhos são as primeiras ações efetivas de preservação, pois, anteriormente ocorriam apenas algumas pesquisas arqueológicas e atividades de proteção isoladas. Cabe salientar ainda os Programas Integrados de Valorização dos Sítios Missionários, entre 1994 e 1998, que contaram com a participação de várias universidades nas áreas de arquitetura, arqueologia, engenharia florestal, artes, etc.

Os trabalhos, até o momento, dividiram-se em duas etapas no período de janeiro a março de 2004 e de dezembro, do mesmo ano, a maio de 2005.

Na primeira fase, além dos trabalhos de arqueologia e arquitetura, desenvolveu-se uma pesquisa histórica com o objetivo de colher as mais diversas informações possíveis dos locais que estavam sendo trabalhados, com a finalidade de auxiliar as atividades e ampliar o banco de dados dos sítios. Na segunda etapa, os trabalhos tiveram a participação apenas das equipes de arqueologia e arquitetura.

Além dos técnicos responsáveis do IPHAN, coordenadores do projeto, os trabalhos contaram com a contratação de Arqueólogos e Auxiliares Técnicos em arquitetura e arqueologia, além da capacitação de operários moradores da região, com o objetivo de qualificar a mão de obra local e desenvolver a educação patrimonial da população.



**Figura 05. Áreas de ocorrência dos trabalhos nas duas etapas já concluídas.**  
**Fonte: IPHAN, 2005.**

## Metodologia

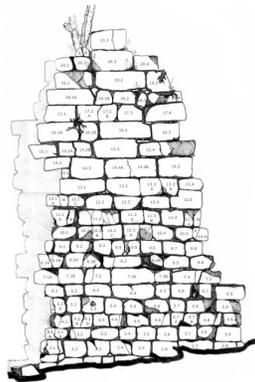
As linhas gerais que nortearam as atividades foram a escavação arqueológica, para liberação de estruturas, delimitações dos espaços e posterior consolidações arquitetônicas. Antes do início dos trabalhos de levantamento e diagnóstico é feito se necessário, o escoramento emergencial das estruturas que estejam em situação crítica de estabilidade, com o objetivo de assegurar a sua manutenção e garantir a segurança dos trabalhadores e visitantes.



**Figura 06. Escoramento emergencial de estruturas. Fonte: IPHAN, 2002.**

Mais especificamente na área de arquitetura, os trabalhos ocorridos concomitantemente aos salvamentos arqueológicos e desenvolvem-se de acordo com os seguintes critérios a serem especificados a seguir:

Detalhamento dos levantamentos, do estado atual das estruturas, com o seu registro gráfico e fotográfico completos. Elaboração dos desenhos com a indicação dos desaprumos, desníveis, fissuras e juntas que deverão ser representados graficamente, e o levantamento fotográfico geral e detalhado do conjunto; posteriormente é feita a numeração das pedras, registrando-se nos respectivos desenhos, e novo levantamento fotográfico. Conforme a dimensão dos maciços executa-se a montagem de andaimes para auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos.

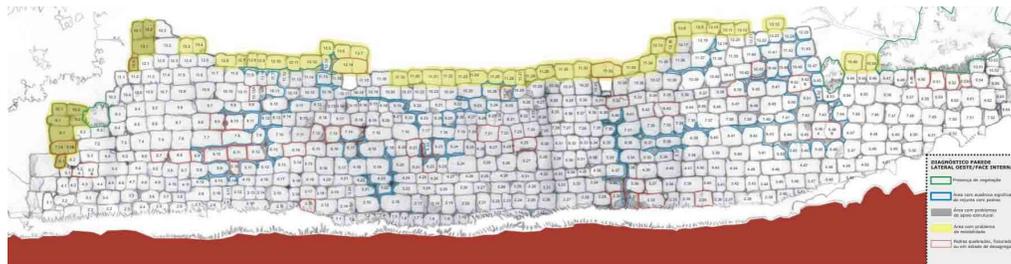


**Figura 07. Detalhamento dos levantamentos. Fonte: IPHAN, 2004.**



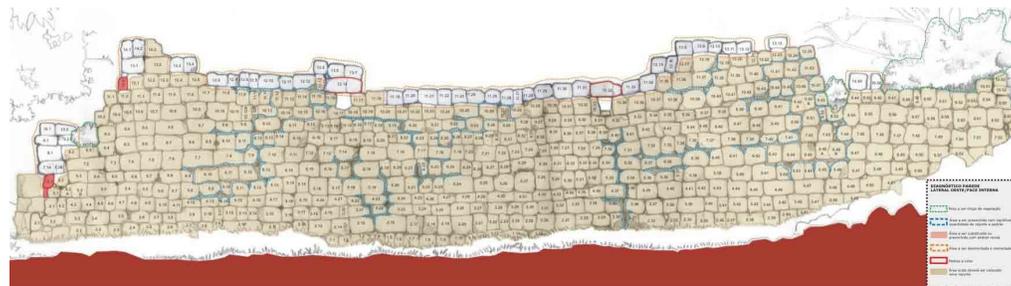
**Figura 08. Numeração das pedras. Fonte Fonte: Wolle. A., 2004.**

Com os dados obtidos no levantamento é elaborado o diagnóstico das patologias atuantes sobre os maciços, tais como presença de vegetação, áreas com problemas de apoio estrutural, áreas com problemas de estabilidade, pedras quebradas, fissuradas ou em estado de desagregação e demais elementos que interferem na integridade das estruturas.



**Figura 09. Prancha de diagnóstico das patologias. Fonte: IPHAN, 2004.**

Baseado no diagnóstico das patologias é traçado o plano de intervenção, onde deverão ser sanados os problemas diagnosticados, sempre respeitando a técnica construtiva dos maciços e interferindo da menor maneira possível nas características originais das estruturas.



**Figura 10. Prancha das intervenções a serem executadas. Fonte: IPHAN, 2004.**

Após executadas as etapas anteriores inicia-se a erradicação da vegetação de pequeno porte existente, com o corte gradual das suas partes e, se necessário, aplicando produtos químicos que, através da sua condução pela seiva, impeçam seu futuro crescimento. Limpeza das pedras, removendo o material solto existente entre juntas e a vegetação aderida superficialmente.

Em casos extremos executa-se o desmonte e remonte das partes do maciço, com o objetivo de estabilizar o seu ponto de equilíbrio ou eventuais substituições de pedras que se apresentem degradadas.



**Figura 11. Desmonte dos maciços. Fonte: IPHAN, 2004.**

A partir dos levantamentos elaborados, o desmonte é feito com o auxílio de equipamentos para suspensão das pedras, as quais são dispostas no chão respeitando a sua ordem de numeração.



**Figura 12. Organização das pedras respeitando as numerações. Fonte: IPHAN, 2004.**

Em situações especiais é feita a colagem das pedras quebradas que se mostrarem necessárias e, ainda, o entalhe daquelas que preencherão os espaços faltantes ou substituirão blocos quebrados impossíveis de serem reutilizados.



**Figura 13. Entalhe de pedras novas. Fonte: IPHAN, 2004**



**Figura 14. Fonte: IPHAN, 2004. Colagem de pedras reaproveitadas.**

Estes novos elementos obedecem a recuos nas suas prumadas, distintos dos originais, proporcionando a sua identificação e não alterando a leitura homogenia do conjunto.

Posteriormente iniciam-se os trabalhos de rejuntamento dos maciços e assentamento das pedras, com a utilização de argamassa composta de cal, areia e terra. O preparo tem início com a queima da cal virgem, armazenada por um período mínimo de três meses. Transcorrido esse tempo, é feita a mistura da cal com areia e terra peneirada, retirada do próprio sítio (na Praça, mais especificamente, após levantamento arqueológico). Estes elementos proporcionam características semelhantes à argamassa de barro original, e conferem certa resistência às intempéries, sendo passíveis de remoções futuras e não comprometem a integridade dos blocos monolíticos.



**Figura 15. Peneiramento da terra para argamassa. Fonte: IPHAN, 2004.**



**Figura 16. Preparo da argamassa de cal, areia e terra local. Fonte: IPHAN, 2004.**

Para a aplicação da argamassa as pedras são limpas e umedecidas, o que proporciona a sua melhor aderência, e utiliza-se colheres de pedreiro e ferramentas especiais para atingir as áreas mais internas possíveis do maciço. No caso de juntas maiores, entre os blocos, é feita a inserção de pequenos pedaços de pedras umedecidas, evitando camadas muito espessas de argamassa, as quais ocasionam pouca resistência.

Nas áreas onde é impossível a colocação da argamassa, com os instrumentos, é feita a sua diluição em água e a aplicação através de mangueiras a fim de eliminar os vazios internos.

Posteriormente as pedras são limpas com cerdas de nylon, para evitar o seu desgaste, e removidos os excessos de argamassa antes da sua secagem, proporcionando assim o adequado acabamento.



**Figura 17. Aplicação da argamassa. Fonte: IPHAN, 2004**



**Figura 18. Limpeza das pedras. Fonte: IPHAN, 2004.**



**Figura 19. Acabamento final das juntas. Fonte: IPHAN, 2004.**

Nas áreas já consolidadas, é feito o cobrimento com panos de algodão e o constante umedecimento, através do borrifamento de água por aproximadamente 15 dias, proporcionando uma cura gradativa e evitando fissuras.



**Figura 20. Cobrimento dos maciços com pano umedecido, para cura gradativa da argamassa. Fonte: IPHAN, 2004.**



**Figura 21. Borrifamento de água para cura da argamassa. Fonte: IPHAN, 2004.**

Na parte superior dos muros o acabamento realizado com a argamassa deve possibilitar o escoamento das águas pluviais, evitando acúmulos que possam proporcionar infiltrações e comprometerem a estabilidade das estruturas.

### **Resultados Alcançados**



**Figura 22. Situação dos muros, da fachada da igreja, anterior às obras de consolidações. Fonte: IPHAN, 1997.**



**Figura 23. Situação dos muros, n fachada da igreja, posterior às obras de consolidações. Fonte: IPHAN, 2005.**



**Figura 24. Situação do maciço pertencente a lateral oeste da igreja, face interna, anterior às obras de consolidações. Fonte: IPHAN, 2004.**



**Figura 25. Situação do maciço pertencente a lateral oeste da igreja, face interna, posterior às obras de consolidações. Fonte: IPHAN, 2005.**

## **Conclusão**

A estabilização arquitetônica das estruturas remanescentes da redução, jesuítico guarani, de São Lourenço Mártir é o início de um trabalho praticamente inédito, de cooperação técnica – científica, entre as diversas áreas que atuam sobre o patrimônio em território brasileiro, seguindo as novas tendências e perspectivas internacionais de intervenções que norteiam sítios arqueológicos. Além de oportunizar melhores condições de visitação a turistas, com uma leitura mais clara das estruturas existentes, possibilita a integração e participação de acadêmicos, das áreas de atuação, através do desenvolvimento de trabalhos supervisionados.

Por fim, incentiva a valorização e educação da comunidade local, visto que para estes trabalhos foi feita a capacitação de moradores da região o que contribui, junto a outras ações, à preservação de todo o legado missioneiro guarani.

## **Bibliografia**

- BAITOLO, R., QUEVEDO, J. , NASCIMENTO, A. O. "SÃO LUIZ GONZAGA E SÃO LOURENÇO MÁRTIR". Martins Livreiro, Porto Alegre, 1998.
- BAUER, L. "PESQUISA HISTÓRICA PROJETO DE RECONSOLIDAÇÃO PARCIAL DAS RUÍNAS DE SÃO LOURENÇO MÁRTIR E SÃO JOÃO BATISTA". Relatório Final De Atividades. 2004.
- FLORES, M. "COLONIALISMO E MISSÕES JESUÍTICAS". EST/ Instituto de Cultura Hispânica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.
- LOBO, E. M. L. "CAMINHO DE CHIQUITOS AS MISSÕES GUARANIS DE 1690 A 1718". Revista de História, São Paulo, 1960.
- MAEDER, E. e GUTIERREZ, R. "PUEBLOS DE INDIOS Y MISIONES JESUITICAS". Resistência: Conicet/ Mapfre América, 1994.
- SILVEIRA, H. J. "AS MISSÕES ORIENTAIS E SEUS ANTIGOS DOMÍNIOS". Erus, Porto Alegre, 1979.